



Protesto na Prefeitura

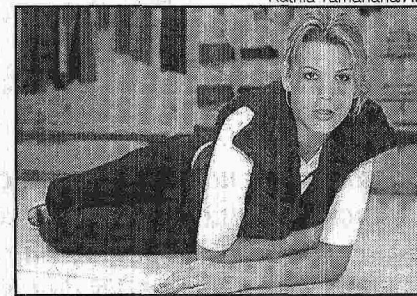
Perueiros protestam na Prefeitura contra veto a legalização de mais lotações. Pág. 3

O ESTADO DE S. PAULO

Cidades

QUARTA-FEIRA, 9 DE JUNHO DE 1999

Peles sintéticas
Modismo de roupas com detalhes de peles falsas ganha adeptas, como Carolina Garcia. Pág. 8



CPI dos Fiscais deve acabar hoje à noite

Desembargador afirmou ontem que prorrogação tem de ser votada até a meia-noite de hoje, num entendimento diferente do da semana passada, quando concedeu liminar abrangendo a "suspensão da extinção da comissão"

THELIO DE MAGALHÃES
e MARCUS LOPES

O desembargador Cunha Bueno, vice-presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ), disse ontem ao Estado que a CPI dos Fiscais se extinguirá à meia-noite de hoje, se até lá a Câmara Municipal não realizar nova sessão para prorrogar o prazo de vigência. A sessão, entretanto, só poderia ser convocada com maioria absoluta (28 votos) e sem a participação dos quatro vereadores que estão sob suspeição: Vicente Viscome (sem partido), Maéli Vergniano (sem partido), José Izar (PFL) e Osvaldo Enéas (Prona).

Segundo ele, por força da liminar por ele concedida na quarta-feira, em um mandado de segurança impetrado pela bancada petista, estão suspensos os efeitos da sessão do dia 27, na qual os vereadores haviam prorrogado por apenas três dias os trabalhos da CPI. Com isso, volta a valer o prazo originalmente fixado, que se encerra hoje à meia-noite.

A explicação de Cunha Bueno contraria o que ele escreveu, ao conceder a liminar. Na decisão, ele acentua que a liminar abrange "também a suspensão da extinção da referida CPI, até que a nova votação se realize, bem como que o mérito deste mandado de segurança seja julgado".

Pelo texto, entendeu-se que a CPI estava automaticamente prorrogada até o julgamento do mandado, que só ocorrerá dentro de dois a três meses. No dia seguinte ele esclareceu que a expressão "bem como" tinha sido mal usada. Ou seja, a extinção da CPI estaria suspensa até uma nova votação. Agora, o entendimento é que sem nova votação a CPI acaba hoje, no prazo original.

Caberá à parte que se sentir prejudicada ingressar com recurso (embargos de declaração) ao próprio Cunha Bueno, para que ele esclareça oficialmente sua posição.

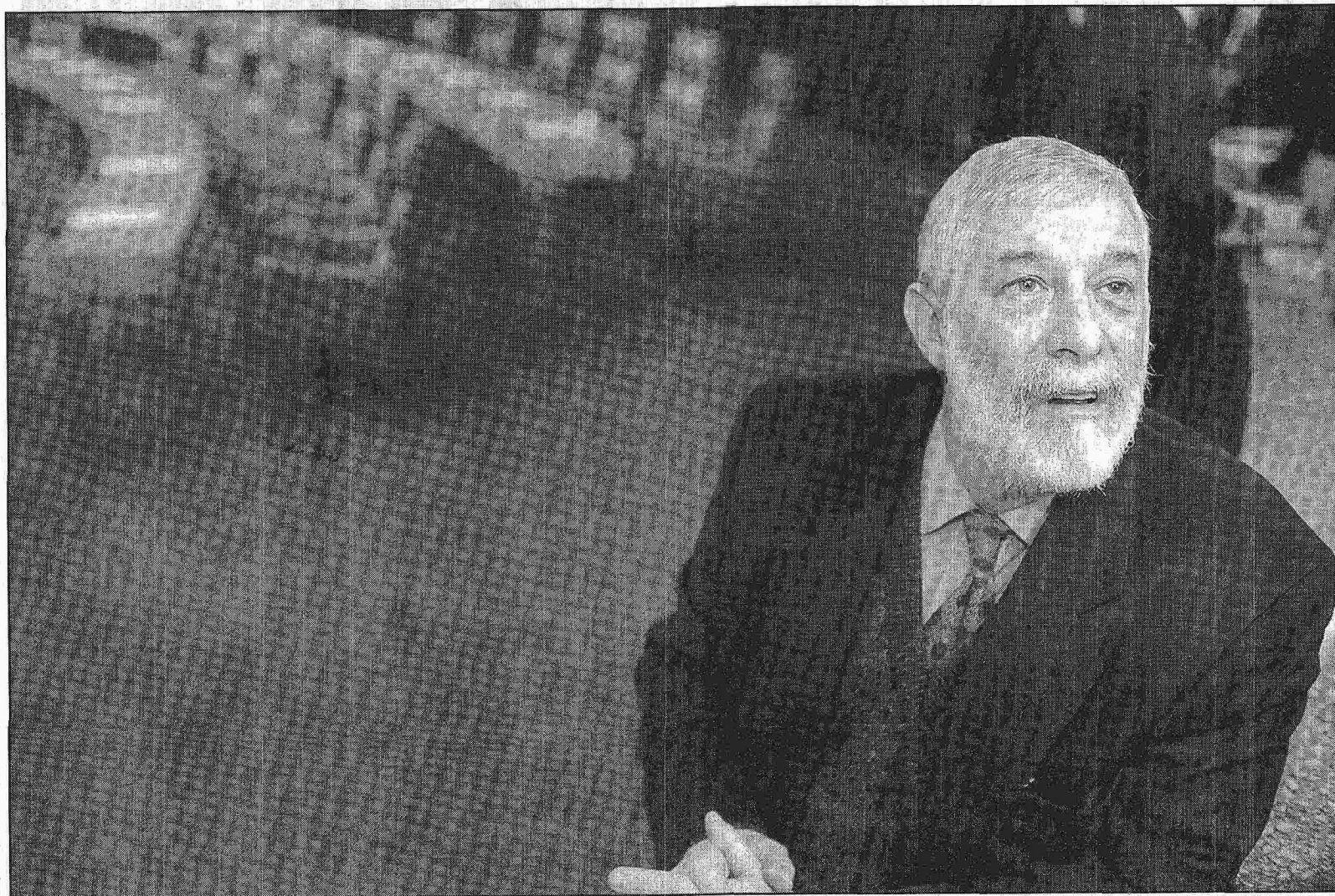
Polêmica – A polêmica em torno da liminar dividiu as opiniões dos vereadores. Ontem, tanto a oposição quanto a situação aguardavam uma decisão do desembargador para posicionar-se no plenário. Enquanto a bancada do PT alegava que a CPI deveria continuar até o julgamento do mérito do mandado de segurança, os parlamentares que apóiam o prefeito Celso Pitta acreditavam que a CPI deveria terminar hoje, prazo final segundo o Regimento Interno.

Uma das estratégias da situação ontem foi a tentativa de esvaziamento do plenário e o encerramento da sessão. Tanto os governistas quanto a oposição tinham votos insuficientes para a votação de uma nova prorrogação, que exige maioria absoluta. Em três ocasiões foi solicitada a presença nominal dos vereadores. Vários vereadores governistas permaneceram na área reservada atrás do plenário e não responderam à chamada nominal, entre eles Vicente Viscome (sem partido). "Se a CPI não continuar, vamos perder o resto da honra desta Casa", reclamou Aldaíza Sposati (PT).

SITUAÇÃO EVITOU QUÓRUM EM SESSÃO

No meio da tarde, os governistas estudavam a possibilidade de dar entrada com um embargo declaratório – pedido de esclarecimentos ao desembargador sobre a liminar. "É uma decisão que cabe ao presidente da Casa", disse o líder do PPB, Paulo Frange. Ele admitiu que não havia quórum suficiente para uma nova votação favorável aos governistas.

No fim da sessão, o presidente da CPI, José Eduardo Martins Cardozo (PT), estava pessimista. "A CPI morrerá ou não de acordo com a decisão final da Justiça", declarou. Segundo ele, até o fim da tarde a oposição não tinha montado estratégia para reverter a situação. "Tudo vai depender de o presidente pedir explicação ao desembargador", disse Wadih Mutran (PPB). Até esse momento, não se sabia se o presidente da Câmara, Armando Mellão, entraria com o pedido.



O vereador Vicente Viscome no plenário da Câmara: tática de não responder à chamada nominal para evitar quórum para a sessão